

**Habermas, J. (2023). *A new structural transformation of the public sphere and deliberative politics*. Polity Press. 114 pp.  
ISBN 978-1-5095-5893-3**

**Maria João Centeno**

(Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa)  
Morada postal institucional: Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL),  
Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa

[mcenteno@escs.ipl.pt](mailto:mcenteno@escs.ipl.pt)

ORCID: 0000-0003-4963-3119

**Maria João Centeno:** Professora Coordenadora com Agregação em Ciências da Comunicação na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, onde coordena a secção de Ciências da Comunicação. Investigadora doutorada integrada no LIACOM, Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média, Centro de Investigação da ESCS-IPL. Sócia fundadora do Museu da Paisagem.

**Submissão: 02/05/2024**

**Aceitação: 06/06/2024**

**Resumo** (PT): Jürgen Habermas revisita a transformação estrutural da esfera pública mais de seis décadas depois da publicação daquele que é o seu livro mais bem-sucedido. A digitalização e consequente plataformização mediática levam-no a temer pelo futuro dos processos de formação da opinião pública e da vontade política e a propor a regulação dos *media* digitais para garantir a continuidade de uma esfera pública política e da democracia.

*Palavras-chave*: Esfera pública, Digitalização, Plataformização, Regulação

**Abstract** (EN): Jürgen Habermas revisits the structural transformation of the public sphere more than six decades after the publication of his most successful book. Digitalization and consequent media platformization lead him to fear for the future of the processes of public opinion formation and political will and to propose the regulation of digital media to ensure the continuity of a political public sphere and democracy.

*Keywords*: Public sphere, Digitalization, Platformization, Regulation

---

Devemos ou não falar de uma “nova” transformação estrutural da esfera pública? Sendo este um tópico antigo, Jürgen Habermas (1929–) revisita-o neste livro, apesar de afirmar que há muito se interessou por questões diferentes.

O livro apresenta-nos uma versão revista dos seus contributos, com três capítulos: o primeiro sobre a atual transformação da esfera pública e outros dois sobre a política deliberativa, que depende da formação da vontade democrática iluminada na esfera pública política.

No primeiro capítulo, “Reflexões e conjecturas sobre uma nova transformação estrutural da esfera pública”<sup>1</sup>, Habermas relembra a publicação de *A transformação estrutural da esfera pública* (1962), o seu primeiro livro, que, tendo um pouco mais de seis décadas, continua a ser, se atendermos às vendas, o mais bem-sucedido. Aponta o que considera determinante para esta receção fora do comum: o livro apresenta uma história social e concetual da ‘esfera pública’, que gerou críticas, mas também estimulou novas pesquisas. Nas ciências sociais, colocou o conceito de ‘esfera pública’ num contexto socio-estrutural mais lato, como domínio que faz a mediação entre a sociedade civil e o sistema político, o que permitiu estudar o seu contributo funcional para a integração social e, especificamente, a integração política dos cidadãos, que ao discutirem assuntos de interesse comum e ao participarem nos processos democráticos de tomada de decisão contribuem para a formação da opinião pública. Habermas reafirma a função da esfera pública “ao assegurar a existência continuada da comunidade política democrática” (p. 2) e destaca que os planos normativos herdados das revoluções do séc. XVIII se tornaram processos essenciais de formação da opinião pública e da vontade política nas sociedades democráticas (p. 10).

Espera-se que os cidadãos tomem as suas decisões políticas no campo da tensão entre o interesse próprio e a orientação para o bem comum. Esta tensão joga-se no espaço comunicacional da esfera pública política, que, por uma questão de princípio, inclui todos os cidadãos como potencial audiência. (...) Esfera pública que é suposto dirigir a atenção de *todos* os cidadãos para os *mesmos* tópicos, para que cada um deles forme os seus *próprios* juízos atendendo aos padrões reconhecidos sobre os assuntos relevantes para o processo de tomada de decisão política (p. 52–3).

---

<sup>1</sup> Versão revista do artigo publicado em Habermas, J. (2022). Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere. *Theory, Culture & Society*, 39(4), 145–171. doi:10.1177/02632764221112341.

O capítulo apresenta a relação entre a teoria normativa e a empírica para explicar porque e como devemos entender o processo democrático, assim que este se institucionaliza mediante condições sociais marcadas pelo individualismo e pluralismo, à luz da política deliberativa, que tem por objetivo “permitir-nos *melhorar* as nossas convicções nas disputas políticas e *aproximar* das melhores soluções dos problemas” (p. 17). Fala-nos ainda das condições improváveis que têm de ser preenchidas para manter estável a democracia capitalista, sempre sujeita a crises.

O autor finaliza o capítulo falando-nos da digitalização e em que medida esta tem transformado o sistema mediático e o impacto desta transformação no processo político. O papel de mediadores que outrora os *media* tradicionais desempenharam nos processos da esfera pública política entre uma sociedade civil implicada e inclusiva e um sistema político partidário, funcionando como *gatekeepers* da esfera pública política (p. 31), na medida em que atuavam de boa-fé ao processar as diferentes posições dos formadores de opinião e ao mostrá-las aos públicos, parece comprometida. Assim como também está comprometido o papel dos jornalistas enquanto “especialistas que desempenham funções autorais, editoriais, de revisão e gestão no negócio dos *media* e da edição” (p. 31). O declínio do debate racional desde a viragem do milénio desencadeou uma regressão política em quase todas as democracias ocidentais (p. 19). Habermas destaca que os sinais de disfunção já existiam antes da era digital, o que o faz desconfiar das posições que acusam os *media* digitais de afetarem a qualidade deliberativa do debate público (p. 32). No entanto, o facto de permitirem que atores sem normas, filtros e práticas profissionais ganhem visibilidade “está a alterar profundamente o carácter da própria comunicação pública” (p. 36), em que a ligação entre os utilizadores é recíproca, mas “*os seus conteúdos não são regulamentados* por causa da falta de filtros profissionais” (p. 37).

“O avanço tecnológico marcado pela comunicação digitalizada, se inicialmente contribuiu para a dissolução de fronteiras, também gerou a fragmentação da esfera pública” (p. 3), com os utilizadores divididos numa pluralidade de semipúblicos que estão em grande parte separados uns dos outros. A emergência dos *media* digitais tem vindo a acontecer na sombra da exploração comercial da comunicação pela internet, ainda por regular, o que ameaça a base económica dos jornais tradicionais e os jornalistas enquanto grupo ocupacional responsável. Por outro lado, um modo de comunicação semipública, semiprivada, fragmentada e enclausurada parece estar a espalhar-se pelos utilizadores que se informam exclusivamente através dos *social media*, “distorcendo a sua *perceção da*

*esfera pública política* como tal” (p. 3–4). “O uso mais ou menos exclusivo dos *social media* (...) torna indistinta a separação entre ‘público’ e ‘privado’ e conseqüentemente o significado inclusivo da esfera pública” (p. 53), como resultado de como os cidadãos usam o papel de autores que conquistaram nas plataformas. O que acontece nos novos espaços *online* é que os cidadãos se envolvem em formas de comunicação que antes estavam reservadas à correspondência privada e que agora “enformam uma nova e íntima espécie de esfera pública” (p. 55) que encoraja “a resistência ao dissonante e a assimilação da inclusão de vozes consonantes no horizonte *limitado e de preservação da identidade* de um suposto, ainda que profissionalmente não filtrado, ‘conhecimento’” (p. 55). Habermas destaca que, se esta conjectura estiver correta, “um importante pré-requisito subjetivo por um modo mais ou menos deliberativo de formação da opinião e da vontade está em perigo entre um conjunto cada vez maior de pessoas” (p. 4).

O segundo capítulo, “Democracia deliberativa: uma entrevista”<sup>2</sup>, sobre a política deliberativa, atualiza as posições de Habermas sobre a importância das normas comunicacionais nos órgãos deliberativos.

Como consequência das condições alteradas da democracia em massa, a legislação parlamentar, a competição entre os partidos políticos e as eleições livres precisam ser alicerçadas numa esfera pública política vibrante, numa sociedade civil ativa e numa cultura política liberal. Sem este contexto societal, falta qualquer ponto de apoio na realidade para os pressupostos deliberativos essenciais à legitimação democrática das regras (p. 63).

No terceiro capítulo, “O que significa ‘Democracia deliberativa’? Objeções e mal-entendidos”, Habermas defende que a democracia deliberativa é “excessivamente idealista” (p. 97), preconizando que a crescente complexidade das nossas políticas, dos espaços comunicacionais e das práticas políticas sublinham a importância de continuar a lutar pela integridade da esfera pública política e de continuar a traduzir a complexidade da vida moderna em discursos que os não especialistas entendam (p. 101).

Neste livro, Habermas destaca os desafios que os *media* enfrentam na era digital e os perigos de se continuar a permitir que as novas plataformas mediáticas continuem a exacerbar os públicos democráticos já fragmentados. Se as plataformas continuarem sem regulação, esta nova transformação estrutural vai continuar a enfraquecer a imprensa e a

---

<sup>2</sup> Versão revista da entrevista disponível em Habermas, J. (2018). Interview with Jürgen Habermas. In A. Bachtiger, J. S. Dryzek, J. Mansbridge & M. Warren (Eds.), *The Oxford handbook on deliberative democracy* (pp. 871–882). Oxford University Press.

desgastar as práticas jornalísticas e desenvolver-se-á uma “democracia pós-verdade” (p. 43). Por isso, defende que “a manutenção de uma estrutura mediática que assegure o carácter inclusivo da esfera pública e o carácter deliberativo da formação da opinião pública e da vontade não é um assunto de preferência política, mas um imperativo constitucional” (p. 59) que os estados democráticos devem perseguir para capacitar os cidadãos e garantir a continuidade de uma esfera pública política capaz de encontrar soluções para os problemas coletivos urgentes, que vão desde a crescente desigualdade social até à crise climática. Considera ainda que existe tempo para preservar e proteger os princípios normativos da participação cívica e do direito ao voto, tão arduamente conquistados, através da educação cultural e política do papel da esfera pública e da política deliberativa (p. 22). Apenas uma teoria discursiva que envolve a legitimidade individual lado a lado com o universalismo dos direitos humanos para todos “pode fazer justiça a esta ideia” (p. 11).

---

## REFERÊNCIAS

Habermas, J. (2023). *A new structural transformation of the public sphere and deliberative politics* (or. *Ein neuer Strukturwandel der Öffentlichkeit und die deliberative Politik*). Polity Press. (Obra originalmente publicada em 2022.)

(2022). Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere. *Theory, Culture & Society*, 39(4), 145–171. doi:10.1177/02632764221112341.

(2018). Interview with Jürgen Habermas. In A. Bachtiger, J. S. Dryzek, J. Mansbridge & M. Warren (Eds.), *The Oxford handbook on deliberative democracy* (pp. 871–882). Oxford University Press.

(2012). *A transformação estrutural da esfera pública* (or. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*). FCG. (Obra originalmente publicada em 1962.)